

Possibilidades para uma história da educação pelos arquivos da em Mons. José Augusto da Silva – Camocim-Ce (1976-2020)

Anandrey Cunha¹

Resumo: O presente trabalho pretende problematizar os arquivos escolares como fonte de estudos acerca da História da Educação, com base nas diversas séries documentais que o mesmo guarda de modo geral, afirmando a possibilidade de uma imersão em um mundo repleto de informações capazes de retratar, dentre outras coisas, como se desenrolaram as relações educacionais em escala administrativa e os seus desdobramentos entre professores, alunos e sociedade. Certo disso, entender o Arquivo Escolar como detentor de um patrimônio documental relevante, filho de uma necessidade administrativa (BELLOTTO, 2010) e não histórica, e reconhecer os documentos em questão enquanto produtos de relações complexas que existiram e existem nos grupos que os produziram, considerando dilemas teóricos, metodológicos e epistemológicos acerca de sua utilização para a pesquisa acadêmica se tornam centrais nesta produção com fins ao lançamento de novos olhares sobre este espaço por uma história da educação em escala local.

Palavras-chave: Arquivo escolar. Documentos. História da educação. Arquivo Permanente. Pesquisa. História Local

Abstract: The present work intends to problematize the school archives as a source of studies about the History of Education, based on the several documentary series that it keeps in general, affirming the possibility of an immersion in a world full of information capable of portraying, among others things, how educational relations on the administrative scale unfolded and their consequences between teachers, students and society. Certainly, understanding the Scholar Archive as holder of relevant documentary heritage, child of an administrative (BELLOTTO, 2010) and not a historical need, and recognize the documents in question as products of complex relationships that existed and exist in the groups that produced them, considering theoretical, methodological and epistemological dilemmas about their use for academic research become central in this production with the purpose of launching new perspectives on this space for a history of education on a local scale.

Keywords: School Archive; Documents; History of education. Permanent Archive. Research. Local History

POSSIBILITIES TO A HISTORY OF EDUCATION THROUGH THE MONS. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA'S HIGH SCHOOL ARCHIVES, IN CAMOCIM-CE

¹ Mestrando em Ensino de História pelo Programa PROFHISTÓRIA (UESPI/UFRJ), graduado em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). email: anandreycunha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os arquivos escolares registram as atividades administrativas da escola no passar dos anos. Neles é possível encontrar livros de ponto, atas de reuniões, licitações, registros de ocorrências... inúmeras séries documentais que perdem o valor administrativo – de acordo com a idade dos documentos – e por isso são tidos como sem valor algum, mas que, no entanto, podem ser bastante úteis para analisar mudanças e permanências dos currículos, das ações realizadas na escola e seus fins, da função da escola no meio social, seja ela um ambiente de formação técnica, política, social e cultural. Úteis para a construção de uma narrativa histórica que faça daqueles papéis que caracterizam o logrado arquivo morto como um lugar cheio de vida e conhecimento. Conhecimento este que permitirá entender o desenvolvimento das relações educacionais em escala administrativa e os seus desdobramentos entre professores, alunos e sociedade. Afirma-se aqui a existência de toda uma gama de possibilidades de pesquisa a serem desafiadas sob o odor do bolor que cobre o acervo de um arquivo escolar.

Uma breve visita às plataformas virtuais de periódicos científicos permite concluir que a temática do arquivo escolar tem sido pouco atraente ao meio acadêmico², muito embora possa ser analisada sob vieses amplamente interdisciplinares, que não se restringem à História ou à Pedagogia e à Cultura Escolar, somente, mas também a campos mais específicos tais como Administração Pública, Arquivística, Logística, Tecnologia da Informação, etc. Tal constatação serve como mote para a produção desta discussão, que procura com alguma pretensão lançar vistas sobre este espaço de memória da instituição escolar.

O dito arquivo-morto guarda silenciosamente diversas histórias, trajetórias, narrativas sobre a vida de milhares de pessoas que, mediante às necessidades burocráticas que mantém viva a instituição escolar, se deixaram converter inconscientemente em relatórios, números, diários... Sobre ele pouco se diz ou se faz. É como um guarda real inglês, que não sorri ou se expressa para além do que lhe é atributo direto, mas que, como qualquer sujeito, é uma vida. Neste caso, o arquivo é mais do que isso, é parte da vida de toda uma comunidade que se espelha dentro da escola e nela deixa registros deste contato.

² Foram visitadas as plataformas da Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brasil, o Portal .periódicos. CAPES/MEC e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Em todas elas foram pesquisados os termos “arquivo escolar” e “arquivos escolares”. Embora existam outras plataformas virtuais que possam ser consultadas, estas três permitem um direcionamento maior aos repositórios das principais universidades do país.

Considerando as mudanças pelas quais tem passado o sistema educacional brasileiro, sobretudo dos últimos trinta no Brasil com a implantação de diversas leis definidoras de novos parâmetros e metas educacionais, como a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) e a criação, mais recentemente, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se cobra da prática da docência uma eterna reinvenção capaz de abarcar os sentimentos e as marcas das conjunturas onde se fizeram inseridas tais práticas. Deste modo, compreendendo a escola, assim como as políticas públicas de educação de modo geral, como fruto do seu tempo, pretende-se neste trabalho problematizar o espaço do arquivo escolar colocando-o como um possível objeto de análise para pesquisas neste viés, que considerem, por exemplo, os processos administrativos estruturantes da educação pública, bem como a organização administrativa da escola, levando em conta sua relação dialética com o espaço e a comunidade em que se insere, partindo ainda do pressuposto de que lançar olhares sobre o arquivo escolar permite analisar não somente os efeitos das decisões políticas tomadas em uma macroestrutura, por exemplo, mas sobretudo uma compreensão sobre a história do local onde está inserida a escola.

A fim de ilustrar a discussão em questão, sem necessariamente adentrar no campo jurídico-legal da função do arquivo nas repartições públicas³, analisou-se com base nos princípios da crítica documental diversos documentos presentes no acervo documental encontrado no arquivo permanente da Escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor José Augusto da Silva (EMJAS), localizada em Camocim-CE, bem como ele próprio em suas condições físicas, estruturais, procurando explorar no seu conteúdo elementos que possam ser interessantes à pesquisa em torno de uma história da educação camocinense.

PENSANDO O ARQUIVO SOB UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-ANALÍTICA

BELLOTTO (2006, p. 27) é bastante precisa ao afirmar que “a história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos (...) A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo (...)”. Em nosso caso tratamos de um arquivo público mantenedor de documentos vitais para a administração da escola, que exerceram suas funções e, com o passar do tempo, foram acumulados orgânica e

³ Neste sentido, vale a pena citar os trabalhos de Ruy Hermann Araújo Medeiros (2003) e Shirley dos Santos Ferreira e Valéria Aparecida Bari (2019)

cumulativamente ao passo que suas finalidades fossem atingidas em um processo que caracteriza a Teoria das Três Idades⁴ dos documentos governamentais.

Diferentemente das instituições arquivísticas públicas, com sua precípua função de preservar e ao mesmo tempo servir aos seus consulentes, seja através da abertura à consulta ou pelo desenvolvimento de serviços editoriais, de difusão cultural ou assistência educativa (BELLOTTO, op. cit.), o arquivo escolar costuma ser visto como o lugar de finalidades essencialmente burocráticas, como de fato foi pensado contempla a ideia que lhe deu origem. Ainda que sua criação tenha sido condicionada a necessidades administrativas, a estrutura organizacional da administração pública não diminui ou priva de modo algum o historiador do seu ofício. Ao passo em que os documentos chegam à idade permanente (ultrapassam os 30 anos de idade), eles passam a perder seu valor administrativo e adquirem, na contramão dessa desvalorização, valor histórico que constitui-se em testemunhos vivos da vida institucional, desde que a postura crítica e cuidadosa observada acima se mantenham. (MENEZES et al, p. 68)

Dessa forma, os arquivos das repartições públicas não foram criados com a mesma intenção de museus e bibliotecas, por exemplo. Estes são os lugares de memória diretos, criados justamente para este fim de preservar os “restos do passado” (NORA, 1992. p. 11) que poderão vir a despertar nossas memórias e resgatar histórias particulares, além de sentimentos afins. Tratam-se, como anteriormente dito, de peças que auxiliam no desenvolvimento dos processos burocráticos da administração, e por isso tidos diversas vezes como documentos de valor secundário para a sociedade e até mesmo para a própria administração ao fim do seu “ciclo vital”, mas que podem ser considerados como

[...] fundamentais para a preservação da memória das escolas; são capazes de revelar registros de fatos que não serão encontrados em nenhum outro lugar. Os acervos escolares são fruto das atividades administrativas, pedagógicas ou quaisquer outras ocorridas dentro das escolas que tenham sido avaliadas como dignas de registro. (GOMES & MONTEIRO, 2016. p. 69)

Desse modo, cabe conceituar os arquivos escolares como Lugares de memória, o que implica dizer que os mesmos são, segundo NORA:

(...) Lugares portanto, mas lugares mixtos (sic), híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do

⁴ Ver SCHLEENBERG, Theodore R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. FGV Editora, 2002

móvel. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, P. 1992 p. 22)

Pierre Nora afirma a existência de uma obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e se edifica em uma necessidade de se preservar integralmente todo passado e todo o presente, de modo que não se perca nada que seja capaz de sumir nas sombras do esquecimento. Registrar tornou-se uma necessidade da modernidade, e sobre ela se justifica a criação dos lugares de memória. O arquivo, ao institucionalizar-se, tornou-se a secreção voluntária e organizada de uma (ou muitas) memórias perdidas. Uma secreção produzida pelo dever do registro pelo registro e, simultaneamente, pelo dever de aproximar-se do passado, de não deixar que este se distancie. O que era estritamente burocrático se metamorfoseia e desperta finalidades políticas, históricas e sociais na sua realidade.

O trabalho com os arquivos permanentes em história necessita que se compreenda o conceito de Documento-monumento, criado por Jacques Le Goff (1990). O autor atribui um novo olhar sobre o documento, ao passo que associa o ideal positivista de documento enquanto resíduo imparcial do passado ao conceito de monumento no sentido de que a grande marca por trás da produção de obras deste naipe está na intencionalidade que a justifica. Assim, define-se documento monumento como uma produção que resulta das relações de força que existiram e existem nas sociedades que o produziram, ou seja, os documentos perdem a inocência e o caráter meramente probatório que carregavam consigo e passam a adotar um novo caráter de extrema importância para a pesquisa histórica.

Deste modo, chegamos à ideia de que nenhum documento será tido como verdade, mas que, mediante o espaço físico e temporal onde o mesmo foi produzido lhe possibilitarão a realização de uma crítica histórica, e até mesmo para além dela. Resumindo o pensamento de Le Goff:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu

significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1990. p. 547)

Lidar com o arquivo exige, então, que o seu investigador vista-se do sentimento crítico e simultaneamente relativista ao ponto de entender que certas informações que podem, atualmente, não ser justificadas pelos padrões vigentes, serem tidas como ultrapassadas ou obsoletas, não podem ser vítimas de pré-julgamentos castradores do processo científico, que é, por excelência crítico e aberto às surpresas que a pesquisa pode proporcionar ao pesquisador. No caso dos arquivos escolares, os diários escolares, os planos de aula, livros de ocorrências, relatórios, livros didáticos, o conteúdo das pastas dos alunos... existe uma gama de documentos que podem levar a pesquisa a novos rumos e aos mais diversos horizontes. E, dentre outras coisas, nisso reside o que Arlette Farge chama de O Sabor do Arquivo (2009). Neste livro, Farge nos leva a compreender que é possível encontrar cores e vida por trás de toda a seriedade e monotonia que reveste os arquivos públicos. A prática da pesquisa em arquivos dessa espécie é única no sentido das surpresas que a mesma é capaz de provocar àquele que se dispõe a debruçar-se sobre aquilo que para muitos perdeu o valor (principalmente para a administração pública, no caso) em busca “do que não para de se modificar por uma falta inesquecível” (CERTEAU apud FARGE, 2009. p. 58). Faz-se necessário que se reconheça o espaço dos arquivos enquanto lugares que abrigam restos do real de tempos atrás, e que estes fragmentos não possuem sozinhos o conhecimento puro e metodologicamente aceito, e sim a capacidade de ser o “suporte que permite ao historiador buscar outras formas do saber que faltam ao conhecimento” (FARGE, *ibid.*).

As afirmações de Jacques Le Goff e Arlette Farge supracitadas e discutidas nos levam a compreender que os documentos dos arquivos escolares não podem ser analisados isoladamente, desligados de outras informações que criem conjuntamente uma rede cognoscível capaz de levar ao conhecimento histórico. Não se pode pensar que os livros de ocorrência dirão como a escola reflete o que a sociedade em um determinado pensa como ato indisciplinar apenas por ele próprio. Seria de uma audácia no mínimo prepotente forjar uma narrativa de reconhecido valor histórico-científico por estes caminhos. O fragmento do passado sozinho não é capaz de contar a história total daquele tempo. Aliás, nunca será

possível uma reconstrução fidedigna do que passou, mas serão sempre possíveis análises e inferência teoricamente justificáveis em um determinado momento.

As práticas se concluem na máxima que diz que, "Nos arquivos o historiador é um leitor". E reforçamos ainda essa assertiva dizendo que antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento. Uma ideia se encaixa essencialmente a outra, e nesse vão sobrevive o arquivo e a história daqueles que neles se escondem. Pensar este processo é considerar motivações, subjetividades, relações de poder que ecoam do meio institucional para a comunidade e vice-versa. Despertam-se, então, novas questões. A respeito destas, vale lembrar sua importância para a pesquisa histórica:

O historiador nunca se limita a formular uma “simples questão” - até mesmo quando se trata de uma questão simples — porque, em seu bojo, traz uma ideia das fontes documentais e dos possíveis procedimentos de pesquisa. Ela supõe já um conhecimento mínimo das diversas fontes eventuais e imagina sua utilização por métodos que já tenham sido experimentados em outras pesquisas... (PROST, A. 2008. p.76).

A despeito de qualquer romantismo do “arquivo guardião do passado”, é importante não se desfazer da consciência inerente ao bom desenvolvimento da pesquisa histórica sobre a crítica documental. Ciente da inexistência de neutralidade sobre qualquer documento, o pesquisador em arquivos escolares precisa exercitar a crítica, tanto do ponto de vista interno relativo ao documento quanto do externo, como forma de perceber o que se encontra para além do registro, seja ele escrito, iconográfico, audiovisual, etc., negando qualquer naturalidade no documento a fim de encontrar nele o agenciamento humano dentro do espaço físico-temporal em torno de sua criação, seja em que instância for. Nesse sentido, considera-se que

a crítica é contrária à disposição normal da inteligência humana; a tendência espontânea leva o homem a acreditar no que lhe é dito. É natural aceitar todas as afirmações, sobretudo, uma afirmação escrita - mais facilmente se estiver escrita em algarismos — e, ainda mais facilmente, se for oriunda de uma autoridade oficial, se ela for, como se diz, autêntica. Aplicar a crítica é, portanto, adotar um modo de pensamento contrário ao pensamento espontâneo, uma atitude de espírito que não é natural [...]. É impossível assumir tal atitude sem esforço. O movimento espontâneo de um homem que cai na água consiste em fazer tudo o que é necessário para se afogar; aprender a nadar é adquirir o hábito de reprimir os movimentos espontâneos e executar movimentos que não são naturais. (SEIGNOBOS apud PROST, A. idem, p. 62)

Em termos teórico-metodológicos internos à própria construção do conhecimento histórico, ainda se faz relevante mencionar que a pesquisa em arquivos escolares consegue fornecer novos campos para uma análise de uma História do Tempo Presente. O presenteísmo epistemológico – ponto central de diversas discussões em torno deste campo da pesquisa histórica – que se desdobra enquanto novo paradigma da produção do conhecimento histórico a partir da década de 1970 sugere ao historiador a condição de analisar o processo de deslizamento do passado em direção ao presente destacando uma “exacerbação da presentificação do passado, uma vez que esse passado é próximo e vivo, compreensível no mesmo universo mental do historiador” (DELACROIX, 2018. p. 72), e neste aspecto, eleva os arquivos escolares a uma condição privilegiada para a historicização de novas memórias (ou novos pontos de vista sobre memórias consagradas) tocantes à prática pedagógica, ao contexto social de suas produções e vivências, entendendo a instituição escolar como campo particularmente complexo na realidade social.

A ESCOLA MONS. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA E SEU ARQUIVO PERMANENTE

A história da EMJAS começa a partir do início da década de 1970, quando o casal Cel. Libório Gomes da Silva e Grazielle Angelim da Silva doa ao governo estadual um terreno de sua propriedade, conhecido por ser o local onde ficava o Campo da Catingueira, um espaço de lazer para a população circunvizinha, para a construção de uma escola, e pede para que esta seja batizada em homenagem póstuma ao emérito Monsenhor José Augusto da Silva, que fora vigário da paróquia de Bom Jesus dos Navegantes, de Camocim, e primeiro prefeito da cidade. Desde sua fundação, a escola recebeu a alcunha de Colégio Novo pela população local, e ainda hoje é tida desta forma, ainda que não se entenda bem o porquê. Todavia, esse costume cristalizou-se a ponto de ainda ser lembrado até mesmo pelas mais novas gerações que estudam na escola. Outra curiosidade interessante é que o bairro que fornece a maior parte do público escolar desta instituição recebeu o nome de Boa Esperança pouco depois da instalação da escola, devido a expectativa criada pela comunidade em geral em torno deste projeto que traria tantos benefícios ao bairro, de uma forma especial, e à comunidade municipal de modo geral.⁵

⁵ Vide matéria do blog Camocim Pote de Histórias: III SC 10 – O Bairro da Boa Esperança em Camocim. Disponível em <http://camocimpotedehistorias.blogspot.com.br/2013/09/iii-sc-10-o-bairro-da-boa-esperanca-em.html>. Acesso em 18.08.2015

A escola fora criada pelo decreto Estadual Nº 11.770 publicado no Diário oficial de 08/03/1976, inicialmente atendendo o nível fundamental e na primeira década do atual século expandindo sua oferta ao nível médio quando passa a trabalhar em congesão com o município responsável pelo nível fundamental sob as bases da LDB (Lei nº 9.394/96) e assim seguindo até o ano de 2009 quando seu prédio passou a sediar a Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor José Augusto da Silva até o primeiro semestre do ano de 2010, contudo funcionando no prédio até agosto de 2011.

Em 02 de janeiro do ano de 2012, com a transferência desta escola para um novo prédio, é criada⁶ a Escola de Ensino Médio Monsenhor José Augusto da Silva, ao passo que a escola profissionalizante passaria a chamar-se EEEP Mons. Expedito da Silveira de Sousa.

O arquivo escolar da Escola Monsenhor José Augusto da Silva encontra-se no mesmo ambiente onde funciona simultaneamente o almoxarifado, estão presentes no ambiente os diversos documentos, alguns do ano de 1976, ano de fundação da instituição, juntamente com materiais de limpeza, produções culturais e adornos para festividades, informática e produtos de utilidade geral como cartolinas, papéis, rolos de TNT⁷, entre outros eletrônicos sem funcionamento. Logo, trata-se de um almoxarifado que divide a função simultaneamente de arquivo estático da escola.

A sala pode ser considerada pequena, o que, somado aos outros usos do mesmo espaço, dificulta a realização de processos de conservação, o que permite o contato dos documentos e consulentes com grande quantidade de poeira, insetos e traças, tornando-os pouco salubres e cada vez mais inacessíveis. O espaço não tem uma boa cobertura podendo causar em dias chuvosos a destruição dos poucos documentos que restam desses mais de 40 anos de existência.

Cabe ressaltar que a situação em que se encontra o arquivo escolar da escola em questão não é resultado de puro e simples descaso, tampouco exclusivamente sua, mas da soma de muitos outros fatores que devem ser levados em consideração, como a ausência de iniciativas concretas para a preservação dos arquivos escolares, como legislação sobre gestão documental de arquivos escolares, capacitação de pessoal, destinação de recursos para catalogação, manipulação, preservação e abertura para fins de desenvolvimento de atividades pedagógicas, acadêmicas, etc. o que gera um misto de desorganização e desinteresse que

⁶ A criação de uma nova escola é oficializada quando é criado o cadastro no INEP. No caso, percebemos que no mesmo prédio foram sediadas várias escolas, e a atual é cadastrada sob o novo INEP de nº 23236574.

⁷ Tecido não tecido feito de polipropileno

afasta, inclusive, o objeto pesquisado do seu pesquisador. (BONATO, 2002; FERREIRA e BARI, 2019; FURTADO, 2011)



Imagem 01: Visão geral do arquivo da EEEM Mons. José Augusto da Silva. Fonte: Arquivo pessoal.

Segundo a atual gestão da escola, um marco crucial na atual disposição do arquivo escolar do Colégio Novo está no período em que o prédio foi cedido para a instalação da escola estadual de ensino profissionalizante por período determinado até a construção de seu prédio próprio, que levou a substituição da escola de ensino básico por esta outra modalidade durante três anos, entre 2010 e 2012. A saída da escola profissionalizante do prédio acabou, segundo a atual gestão e a funcionária competente pelo arquivo escolar, por desgastar o arquivo, desorganizá-lo e prejudicá-lo, uma vez que muitos dos seus arquivos foram jogados fora, principalmente os que convém ao funcionamento da escola entre os anos 1970 e 1980. Prova disso está na minúscula quantidade de diários localizados no arquivo que pertencem ao período em questão. O mesmo só foi reorganizado pela atual gestão diretora. Inclusive, esta organização precisou modificar o método anteriormente utilizado para o método alfanumérico, assim como as numerações de todas as pastas, que precisaram ser novamente catalogadas.

Ainda no espaço do arquivo, foi possível encontrar e analisar livros de pontos dos funcionários existentes desde a fundação da escola, em 1976, indo até 1993, já na segunda

entrada estão armazenados os diários escolares dos anos de 1993-1994, 1994 -1995, abaixo são encontrados os diários de 1995-1996 ,1997-1998. Ao lado direito analisamos os diários escolares empilhados respectivamente: 1998-2000, 2000-2001,2001-2002,2002 (duas colunas), 2003 (duas últimas colunas). Em virtude do espaço pequeno e dos diversos entraves que sofrera ao longo do tempo, a organização e o acesso aos seus documentos acaba sendo problemática.



Imagem 05: Primeiro livro de ponto da Escola Mons. José Augusto da Silva, 1976. Fonte: Arquivo da EMJAS

Vale lembrar que a prática de registrar eventos da escola varia de gestão para gestão. Não conseguimos, infelizmente, localizar no arquivo da escola abundantes fotos, arquivos em CD, fita K7 ou DVD de nenhuma espécie, tampouco álbuns de fotografias ou acervos do tipo armazenados de qualquer forma, sobretudo sobre os anos iniciais de funcionamento do Colégio Novo. Porém, existe na biblioteca da escola – ou no Centro de Múltiplos, já que um dos laboratórios escolares se localiza em seu interior – uma certa quantidade de fotos e vídeos armazenadas em CD's referentes à todos os eventos realizados na escola durante o período de 2006 a 2008.

Porém, ainda que sejam notáveis os empecilhos, uma exploração mais minuciosa permite acessar diversas espécies documentais, como por exemplo:

- Pastas dos alunos, organizadas nesta escola de modo alfanumérico, contendo fichas, boletins, e diversos tipos de documentos;
- Diários de classe, sobretudo dos últimos vinte e cinco anos;
- Relatórios e dossiês do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT)

- Livros de ocorrências dos alunos;
- Atas de reuniões de professores
- Licitações da escola
- Livros de ponto, desde a fundação da escola;
- Alguns tipos de materiais didáticos;

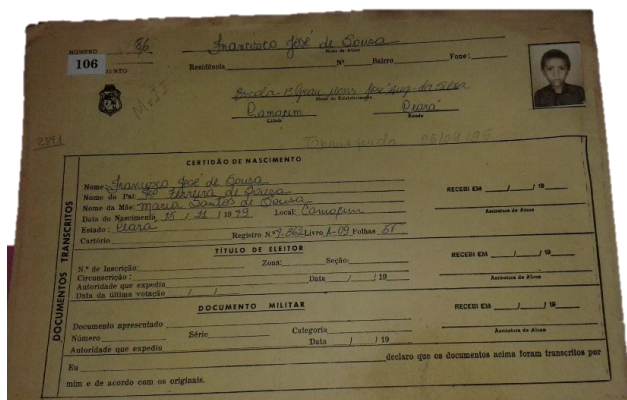


Imagem 02: Pasta de aluno do ano de 1976, matriculado em 1975 na Escola Mons. José Augusto da Silva. Arquivo pessoal.



Imagem 03: Espaço do arquivo escolar da EEFEM Mons. José Augusto da Silva contendo diários escolares e licitações. Arquivo pessoal.

O arquivo escolar da EEFEM Monsenhor José Augusto da Silva permite observar as transformações realizadas nos processos educacionais ao longo dos anos através das marcas que o tempo deixa para a posterioridade; são fragmentos do real sob o efeito de determinadas motivações, institucionais, governamentais, etc.

SCHWARTZMANN (2005) afirma que a educação brasileira atravessou grandes mudanças durante os últimos cinquenta anos. Estas foram exigidas graças a diversas questões que não respondiam tão somente pelos métodos pedagógicos ou pelas necessidades de professores e alunos, mas sim de toda uma gama de fatores de cunho social, político e econômico que caracterizavam a conjuntura brasileira nesses momentos determinantes para a história do Brasil como um todo, como por exemplo, a Ditadura Militar – que trouxe consigo processos mais evidentes de industrialização e a consequente necessidade de mais mão de obra para as indústrias nascentes⁸ – e o processo de redemocratização do país, que, no calor liberal e democrata dos anos 1980 influenciou também no modo de se pensar a educação.

⁸ Sobre estes pontos, destaquem-se os trabalhos, por exemplo, de Maria Lúcia de Arruda Aranha (2001) e ainda os marcos legais das LDBs de 1968 e 1971, que deram contornos ao projeto educacional do Regime Militar (1964-1985)

Pensá-la de modo mais democrático, crítico e inovador foi uma das bandeiras levantadas nestes momentos (BITTENCOURT, 2018; SAVIANI, 1984).

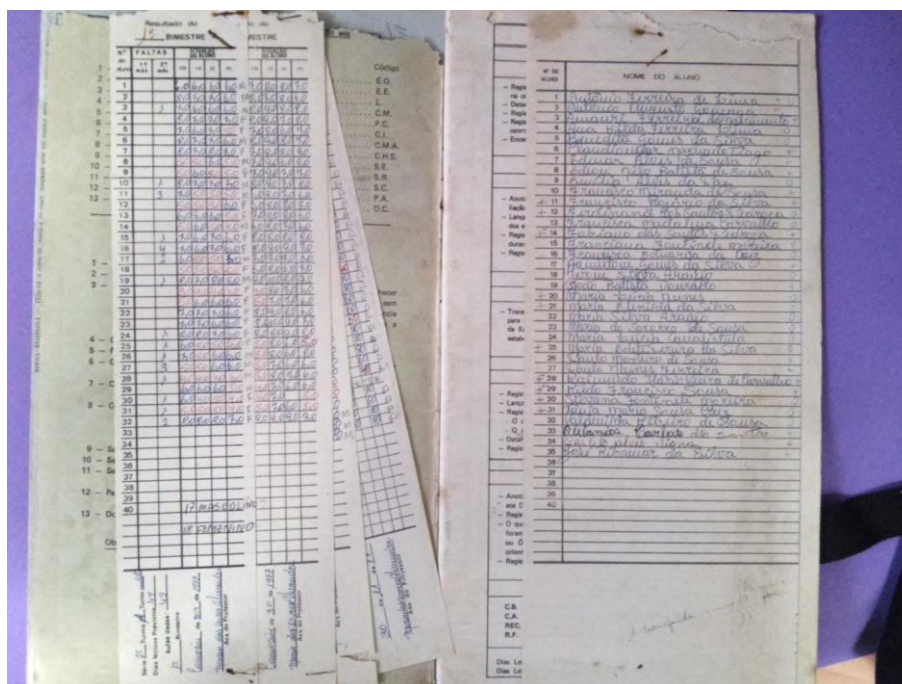


Imagem 04: Diário de classe do ano de 1977, da Escola Mons. José Augusto da Silva. Fonte: Arquivo pessoal.

É possível encontrar traços que delineiam aspectos gerais de como eram realizadas as aulas, vide os diários escolares preenchidos pelos professores, como também analisar a rotina escolar e os currículos vigentes em cada série em determinado momento, balizando as informações entre antes e depois da lei 9.394/96, que dispõe sobre a LDB, por exemplo. É possível analisar as pastas dos alunos dentro de um determinado recorte temporal e investigar, por exemplo, o nível de evasão escolar e até mesmo os motivos que levaram esses alunos a desistir das aulas. É possível observar também alguns processos avaliativos.

Merece destaque a larga produção documental gerada pelo Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), implantado em 2008 pelo Governo do Estado do Ceará nas escolas de ensino médio integrantes à rede da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-CE). Os objetivos deste programa, segundo VIEIRA e VIDAL (2016, p. 62):

- Favorecer a articulação entre os professores, alunos, pais e responsáveis, buscando promover um trabalho cooperativo, especificamente, entre professores e alunos, no sentido de adequar estratégias e métodos de trabalho.

- Tornar a sala de aula uma experiência gratificante, em que todos os professores da turma, familiares, gestão, comunidade escolar, com respectivas parcerias, unam-se com o objetivo de proporcionar uma educação que vise a excelência.
- Manter a assiduidade dos alunos, estimulando sua permanência na escola e elevando o grau de sucesso da aprendizagem.
- Oferecer uma educação sustentável que contemple a formação cidadã do educando, estimulando sua participação na vida social, com a tomada de consciência dos problemas que afetam a humanidade.
- Motivar os alunos para aprendizagens significativas e encorajá-los a ter perspectivas otimistas quanto ao seu futuro pessoal e profissional

Para atender às ambições deste projeto, um ponto chave de sua realização é o monitoramento contínuo dos alunos através da ação de alguns professores, os Diretores de Turma, que se encarregam de acompanhar os alunos desde sua entrada no ensino médio até a conclusão de sua passagem pela educação básica, a fim de, através da compreensão sobre aspectos diversos da realidade dos alunos, criar condições para o desenvolvimento de competências socioemocionais nos discentes.

Compreende-se que o processo de acompanhamento dos Professores Diretores de Turma é de suma importância dentro do processo de desenvolvimento da atividade educacional dentro das escolas estaduais, a considerar as possibilidades que este projeto levanta para a realização de avaliações diagnósticas sobre a condição escolar, sobre o público, uma vez que o volume de instrumentais, portfólios, fichas de acompanhamento e avaliação, formulários socioeconômicos... a cada ano letivo, é possível, através destes instrumentais, realizar avaliações diagnósticas que podem embasar o desenvolvimento de atividades mais específicas à realidade escolar, como projetos de inclusão social, digital, criação de espaços ou disciplinas voltadas para a realidade social, intelectual, econômica do público escolar.

Em meio a tais dilemas da educação contemporânea, o Projeto Professor Diretor de Turma tem como premissa analisar questões modernamente vistas como indissociáveis ao desempenho escolar dos estudantes, considerando o espaço e as relações estabelecidas nele entre jovens e os que os rodeiam são condicionantes para os resultados obtidos na escola. Em tempos nos quais a quantificação dos desempenhos é algo extremamente relevante (sobretudo no modelo educacional cearense, segundo VIDAL & VIEIRA, op. cit.), a preocupação com estes detalhes se faz coerente, mas ao mesmo tempo, cria fendas para o desenvolvimento de uma prática educadora mais humana haja vista a aproximação dos professores ao lado pessoal dos alunos, que passam a ser percebidos como sujeitos com particularidades, subjetividades,

complexidades. Logo, o projeto que controla e torna alunos estatísticas, números a serviço da estrutura do Estado, faz germinar entre as frestas dos dados monocromáticos suspiros de sujeitos, que vivem e sentem dentro do cotidiano de suas atividades.

A existência de livros de ocorrência ainda permite analisar as relações dentro do corpo discente da escola e as noções de violência em sentido disciplinar adotadas pela instituição e imposta aos alunos. O que os livros dizem sobre os alunos tidos como infratores? Seria hoje infração o mesmo ato cometido por um aluno há anos atrás? O que muda e o que permanece? Permanece para todas as outras? Quais as percepções sobre casos de violência entre alunos dentro de determinada instituição escolar? O que se considera sobre bullying nos registros escolares? A análise sobre documentos desta espécie permite refletir sobre as relações de poder dentro da escola, as imposições, a rebeldia e demais transgressões que caracterizam o cotidiano escolar como espaço de convivência nem sempre harmônica e tanto mais complexa do que pode aparecer.

Outro detalhe interessante está em analisar a instituição escolar além das salas de aula e da sua administração: a escola enquanto um espaço social e cultural. Com o passar dos anos, tornou-se possível observar na escola uma certa efervescência de atividades diversas dentro dos muros da escola. Comemorações juninas, celebrações de dia dos pais, das mães, gincanas culturais, momentos cívicos, e em alguns casos até atividades voltadas para a saúde dos alunos e para a formação política e profissional deles. Em cima disso se pode discutir qual é a real função da escola através do registro das diversas atividades de caráter social, cultural, sanitário, político, religioso. A Escola deixou, progressivamente, de ser um espaço exclusivamente voltado para a produção do conhecimento e da disciplina para o convívio social para abrigar novas atividades e intenções materializadas em práticas docentes inovadoras que consideram a importância do meio na formação pessoal, intelectual e social do jovem. Deste modo, o entrelaçamento entre escola e comunidade une as histórias de ambas e gera condições para a produção de uma história local, que pode ser fomentada pela valorização dos acervos documentais escolares, com vistas à percepção sobre as diversas transformações ocorridas ao longo do tempo nas práticas e nos espaços pela sociedade, contribuindo então para a consolidação de valores essenciais à preservação patrimonial e a formação da cidadania (RIBEIRO apud BONATO, 2005. p. 217).

A prática em arquivo estimula o acesso a fontes diferentes para a pesquisa histórica, cede novos sujeitos à construção da narrativa, que são filhos de um tempo em comum e,

ainda, unidos por motivos que não emanam, na maioria dos casos, de suas próprias vontades individuais. Este último ponto caracteriza o arquivo como o ponto de comunhão de diversos indivíduos diferentes, que viviam suas vidas de modo desconexo e que, em um determinado momento dessas vidas se cruzaram na força de uma certa instituição; o arquivo de uma instituição recorta pessoas do seu meio e as insere, com suas particularidades, em um lugar comum. Suas memórias passam a figurar ali, agora vestidas com o véu que cheira a presa maior do Historiador, o passado das relações humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador, quando começa a ter contato com as mais diversas fontes, amplia seus olhares para o horizonte e se põe em condição de buscar compreender de forma mais precisa os acontecimentos do passado em suas mais variadas dimensões. O lançamento de novos olhares sobre os arquivos escolares não se trata do simples contato com os vestígios do passado como algo com fim em si mesmo, mas de uma proposta que o considera parte elementar do patrimônio documental do microcosmos em que está inserido, podendo ser considerado ainda como reflexo de políticas públicas operante em escalas maiores, dignos de proteção, publicidade e ainda passíveis de uso pedagógico na medida em que, através de seu uso, atividades de Educação Patrimonial podem ser desenvolvidas em eixos interdisciplinares com fins à percepção, por parte dos estudantes e da comunidade escolar em geral, dos elementos que compõem identidades e memórias coletivas locais (MONTEIRO & GOMES, 2016).

A prática em arquivo estimula o acesso a fontes diferentes para a pesquisa histórica, cede novos sujeitos à construção da narrativa, que são filhos de um tempo em comum e, ainda, unidos por motivos que não emanam, na maioria dos casos, de suas próprias vontades individuais. Este último ponto caracteriza o arquivo como o ponto de comunhão de diversos indivíduos diferentes, que viviam suas vidas de modo desconexo e que, em um determinado momento dessas vidas se cruzaram na força de uma certa instituição; o arquivo de uma instituição recorta pessoas do seu meio e as insere, com suas particularidades, em um lugar comum. Suas memórias passam a figurar ali, agora vestidas com o véu que cheira a presa maior do Historiador, o passado das relações humanas. O arquivo morto sobrevive no

paradoxo; imortaliza sujeitos que jamais se viram além do seu tempo. Dá nomes e supõe os traços que dão vida a um passado que por vezes só se poderá contar através das informações ali alojadas, mesmo com o certo desprezo, desleixo e desdém por parte dos leigos que o cercam e o enxergam apenas como “velharia”. Trata-se de uma fonte em potencial. Trata-se de um lugar de memória. Ou melhor, de muitas memórias que se sedimentaram sob um mesmo fim, em volta de um mote comum, mas que detêm, em suas unidades, particularidades infindáveis.

Para além dos papéis característicos aos arquivos, o advento das redes sociais, dos sistemas integrados de gestão escolar, como o SIGE, utilizado pelas escolas pertencentes à rede da SEDUC-CE, e das mídias digitais também exigem uma nova compreensão sobre o trabalho com os documentos. Se antes os discos compactos, as fitas VHS, os DVD's e os álbuns fotográficos necessariamente ocupavam caixas e caixas, quando se podia, é claro, destinar recursos para a produção destas mídias, a modernidade permite que os processos de produção e compartilhamento de mídia sejam cada vez mais acelerados e qualitativos, abrindo novas condições para a construção de uma História das instituições escolares fincada, para além das questões epistemológicas, mas sobretudo, neste caso, metodológicas, no presente.

A escola dialoga com o meio na medida que catalisa interações sociais entre sujeitos diferentes, com visões diversas sobre o próprio papel da escola, e o arquivo permanente agrega os resíduos destas interações ao longo do tempo; se a escola vive dos ciclos anuais, das idas e vindas de profissionais e estudantes, o arquivo absorve os resíduos destas interações e revela intencionalidades, disputas, memórias, entre outros processos, merecendo, assim, que se lancem olhares sobre o que se esconde em suas séries documentais. Neste aspecto, a proposição deste texto é a de pontuar a existência de um espaço no qual muito mais se guarda além do conhecimento. Guarda-se um pedaço da história da comunidade que é espelho de todo um contexto maior; no aporte das diversas singularidades reunidas em um único local, o arquivo escolar é o cérebro da instituição, como é o arquivo de qualquer outra. É um lugar de memória para toda uma comunidade e uma ponte dentre as maiores no tocante às relações entre povo e poder administrativo em suas diversas escalas. Uma fonte de pesquisa indispensável para qualquer pesquisador que se interessar seja pela história da comunidade ou pela da educação.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2001.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (org). – 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018
- BONATO, N. M. C. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: **Reunião anual da ANPED**, 25., 2002, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: ANPED, 2002. v. 1, p. 97-109. Disponível em <<http://25reuniao.anped.org.br/excedentes25/naildamarinhocostabonatot02.rtf>>. Acesso em 12.05.2020.
- _____. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2 [10], p. 193-220, 10 fev. 2012. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>>. Acesso em 12.05.2020
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.
- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Trad.: Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009. 120p.
- FERREIRA, Shirley dos S.. BARI, Valéria A. Gestão da documentação dos arquivos escolares no Brasil. In: **Revista Fontes Documentais**. Aracaju. v. 02, n. 02, p. 24-36, maio/ago., 2019
- FURTADO, A. C. **Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação**. In: InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.
- GOMES, P. R.. MONTEIRO, M, V. da S. **Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação**. In: **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro** n.10, 2016, p.61-80. Disponível em < http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a03.pdf>. Acesso em 15.06.2020
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 4ª ed. Campinas, UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios)
- MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares – breve introdução ao seu conhecimento. In: **Colóquio Do Museu Pedagógico**, 3., 2003, Vitória da Conquista. Palestra. Vitória da Conquista: [s.n.], 2003 p. [1-11]. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Ruy_Medeiros2_artigo.pdf>.
- MENEZES, Maria Cristina. **O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história**, in: Horizontes, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan-jun. 2005.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]..— Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2008.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1984. 96p.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Manual de trabalho em arquivos escolares**. Elaboração de Teresa M. M. Baeza. São Paulo: CRE Mário Covas, IMESP, 2003. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/dhe/manual_de_trabalho_em_arquivos_escolares.pdf.

Acesso em 12/12/2018.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon, BROCK, Colin (org). **Os desafios da educação no Brasil**; Trad. Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-52.

SCHELLENBERG. Theodore. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. FGV Editora, 2002

VIDAL, Eloísa Maia. VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas de ensino médio no Ceará: escola, juventude e território**. Fortaleza: Editora CENPEC, 2016.

Recebido em 13 de setembro de 2020

Aprovado em 12 de dezembro de 2020